

# FINKELSTEIN, OU O BUMERANGUE COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE

Franklin Goldgrub

artigo publicado pela

REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO

A operação militar israelense em Gaza trouxe mais uma vez à tona o debate acerca da legitimidade do Estado judeu. Visto que os críticos do sionismo têm dificuldade em negar a responsabilidade do Hamas pelo atual episódio do centenário conflito, a discussão se desloca para a questão da existência de Israel, abrangendo temas como o da sua origem e as conseqüências da guerra de 1948.

Um dos mais celebrados teóricos do anti-sionismo, Norman Finkelstein, menos pelo teor de seus argumentos do que pela veemência com que os divulga e defende, empreende em "*Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina*" [1] uma tentativa de desautorizar o projeto sionista, recorrendo à argumentação desenvolvida por Yosef Gorny em *Zionism and the Arabs, 1882-1948: A Study of Ideology* [2] [O sionismo e os árabes, 1882-1948: Um estudo sobre Ideologia]. Finkelstein recomenda o livro de Gorny como "...o mais autorizado estudo até hoje publicado sobre o período crucial em que o movimento sionista fez seus primeiros contatos com a população árabe da Palestina, lutou contra ela e acabou levando a melhor".

Gorny divide a "ideologia sionista" em três vertentes, política, trabalhista e cultural. Apesar das respectivas diferenças, todas teriam em comum a exigência de uma maioria judaica na terra novamente prometida. Assim, segundo Gorny, o lado pragmático do sionismo teria prevalecido sobre o idealismo de alguns de seus defensores. Em última análise, o sionismo político teria convencido tanto a esquerda como a intelectualidade judaica humanista a aceitar as metas de um programa nacionalista em detrimento das preocupações com os interesses da população árabe nativa.

O pecado original do movimento criado por Hertzl se deveria ao seu nacionalismo, que na visão de Gorny se contraporía ao "ideal democrático" derivado das bases filosóficas responsáveis pelo ideário da Revolução Francesa. Sem dar-se ao trabalho de discutir minimamente a notável complexidade do terremoto social de 1789 que inaugurou a grande divisão ideológica responsável pelas concepções políticas contemporâneas, Gorny opõe ao famoso lema revolucionário (Liberdade, Igualdade, Fraternidade) aquilo que chama de nacionalismo romântico [3], concepção segundo a qual *"...vínculos mais profundos da mesma forma "natural" uniam certos indivíduos e excluía outros"*. A conclusão não poderia ser outra senão a de que o sionismo, enquanto movimento nacionalista, resultaria da *"...suposta falência do ideal democrático"*.

O modelo do sionismo, segundo Finkelstein, poderia ser encontrado no "pangermanismo", definido pela exigência de que *"(...) todas as pessoas de raça, sangue e ascendência alemãs, onde quer que vivessem e qualquer que fosse o Estado a que pertencessem, deviam lealdade primeiro que tudo à Alemanha e deveriam tornar-se cidadãos do Estado alemão, sua verdadeira pátria (...)"*.

Assim como o livro de Gorny havia recebido o generoso aval de Finkelstein ("o mais autorizado estudo"), a frase acima citada é de Hans Kohn, *"(...) provavelmente a mais eminente autoridade em nacionalismo moderno (...)"*, elogio seguido de um acréscimo revelador *"(ele próprio um sionista a certa altura)"*.

O recurso ao argumento de autoridade, no caso autoridade suposta derivar da origem étnica ou de uma ex-filiação política, é comum em Finkelstein. A atribuição de prestígio (*"...a mais eminente autoridade em nacionalismo moderno"*) [4] tampouco é rara. O critério é compartilhado por aqueles que consideram especialmente significativa a crítica ao sionismo quando feita por um judeu. O raciocínio é expresso explícita ou implicitamente da seguinte forma: *"Se até um judeu critica Israel, então..."*

Curiosamente, a recíproca não é verdadeira. Os usuários do argumento "se até um judeu" jamais extrairão qualquer implicação acerca de não judeus (como Pilar Rahola) se posicionarem favoravelmente ao Estado sionista. Efetivamente, é impossível encontrar em Finkelstein e similares um raciocínio como *"...se um não judeu (ou um não sionista) considera legítima a existência de Israel, então..."*

O próximo passo da argumentação desenvolvida por Finkelstein é verdadeiramente acrobático. Amparado na associação entre pangermanismo e sionismo, derivada da analogia proposta por Hans Kohn (que tampouco é objeto de qualquer análise ou discussão), Finkelstein proclama a *entente* entre sionismo e anti-semitismo. O argumento, de uma originalidade a toda prova, considera que *"... a análise sionista da questão judaica replicava o raciocínio do anti-semitismo"* e tem por implicação que *"O sionismo político não pretendia*

*combater o anti-semitismo - que na melhor das hipóteses era encarado como um empreendimento quixotesco - mas chegar a um modus vivendi com ele".*

Sem temer a figura lógica da contradição em termos, Finkelstein supõe então uma espécie de "internacional nacionalista", unindo os diversos movimentos fundados no *ethos* da origem comum. A valorização da identidade étnica teria o dom de compatibilizar nada menos do que o anti-semitismo típico das sociedades européias durante as crises da transição [5] com seu alvo mais conspícuo, os judeus.

O louvável destemor finkelsteiniano se estende da lógica à história. O raciocínio segundo o qual o anti-semitismo seria encarado pelos judeus como "*na melhor das hipóteses (...) um empreendimento quixotesco*" contradiz evidências incontroversas, simbolizadas por fenômenos tão conhecidos e emblemáticos como o libelo de sangue, o pogrom e a Inquisição, perante os quais é difícil entender como um judeu manteria a bem humorada atitude da *nonchalance*. Se o adjetivo "quixotesco" metaforiza um empreendimento irrealizável, dificilmente alguma utopia terá se aproximado tanto da sua concretização como o extermínio (ou "*na melhor das hipóteses*" a expulsão) de judeus, que a história européia, da era medieval à contemporaneidade, ilustra fartamente.

Finkelstein é muito conhecido por sua atenuação do Holocausto [6]. A descrição da atitude judaica perante o anti-semitismo como irrelevância que não deve ser levada a sério é mais uma manifestação da desenvoltura com que trata as evidências contrárias a suas teses. Nas mãos de Finkelstein a história se torna uma matéria flexível, perfeitamente moldável segundo as conveniências.

A surpreendente afirmação, encaixada entre travessões, ao melhor estilo *en passant*, sem qualquer argumentação de apoio, chega ao requinte de postular a convivência pacífica entre o sionismo político e o anti-semitismo... Historiadores de todas as correntes são unânimes em atribuir a emergência do sionismo político à decepção com o liberalismo europeu [7], que havia fracassado em relação à judeofobia. Efetivamente, o apelo da emigração a Israel foi primeiramente acolhido pelos judeus da Europa Oriental, que enfrentavam uma onda crescente de perseguições e massacres, associadas às tensões sociais resultantes da transição de uma sociedade predominantemente agrária, cuja classe dominante era a aristocracia, para o modo de produção industrial-capitalista.

Finkelstein estaria em terreno mais sólido se afirmasse que o anti-semitismo foi um dos principais fatores (embora não o único) subjacentes ao surgimento e à força adquirida pela idéia sionista.

As afirmações acima referidas bastariam para por em dúvida a confiabilidade de Finkelstein enquanto comentarista de fatos e processos históricos. Mais do

que isso, o respectivo teor afeta a credibilidade mínima que um autor deve ser capaz de suscitar para ser levado a sério.

Não é necessário ter dons proféticos para perceber a que finalidade servirá um argumento tão incomum: assim como o revólver que é mostrado no primeiro ato será inevitavelmente usado no final da peça, Finkelstein pretende fazer do sionismo o *pendant* da xenofobia européia face aos próprios judeus.

Pode-se ver nesse raciocínio - o conluio entre anti-semitismo e sionismo - a antecipação e o fundamento das inúmeras e recorrentes comparações entre Israel e nazismo, analogia inevitável no discurso dos regimes ditatoriais árabes e da militância esquerdista (ou pseudo-esquerdista). Pode-se dizer que o autor de "*Imagem e realidade...*" é o patrono, consciente ou não, da iconografia onipresente tanto na mídia progressista como na imprensa oficial [8] do mundo árabe/muçulmano.

Toda exacerbação do conflito costuma desencadear a procissão de *cartoons* simbiotizando a estrela de David com a cruz gamada, à qual não raramente se soma a figura de um Cristo palestino crucificado por soldados israelenses. A perspectiva freudiana não deixaria de perceber aí um exemplo notável de condensação, unindo exemplarmente os grandes temas desenvolvidos pela judeofobia ao longo dos séculos.

A compreensão das origens do sionismo político, porém, não requer complexas elocubrações teóricas nem contorcionismos lógicos do gênero. Hertzl representou a tomada de consciência de que o humanismo derivado dos ideais da revolução burguesa [9] não era capaz de estender o seu manto protetor àqueles *citoyens* que também eram, desafortunadamente, judeus... Ou seja, *citoyens* com um sinal menos ao lado. A constatação de que o preconceito sobrevivera aos anticorpos dos ideais republicanos constituiu a base do sionismo laico contemporâneo, diferenciando-o do sionismo religioso, presente desde sempre na tradição judaica.

Na contramão da argumentação de Finkelstein, Gorny *et alia*, pode-se entender o sionismo político como a maneira pela qual os judeus conseguiram incluir-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem... à revelia de seus virtuosos guardiães, entre cujos descendentes zelotas como Finkelstein e Chomsky ocupam um lugar de destaque.

O que aconteceu com o *citoyen* descendente dos assassinos de Cristo repetir-se-ia com o *tovarich* perfidamente apegado aos trinta dinheiros, século e meio depois, na União Soviética. A freqüente comparação entre as revoluções burguesa e proletária raramente inclui o tratamento que ambas dispensaram às minorias, omissão típica das hagiografias políticas. Entretanto, trata-se de uma verdadeira pedra de toque para por à prova o tão alardeado humanismo das utopias.

Humanismo do qual não se vê como o terror robespierriano e o terror stalinista poderiam ser exemplos encomiáveis. Mas já sabemos que o famoso preceito maquiavélico (no duplo sentido do termo), "o fim justifica os meios" [10], constitui o argumento por excelência daqueles que procuram conciliar a pureza dos ideais com a sordidez das práticas...

Chega-se assim ao âmago da questão. Finkelstein, Gorny, Kohn, Chomsky, e em geral os autores pertencentes ao campo do anti-sionismo militante professam o que poderia ser chamado de atitude universalista, em grande medida amparada nos ideais do iluminismo (revolução francesa), que antecederam e prepararam o caminho para a ética marxista.

O universalismo se quer inerentemente igualitário e se considera como porta-voz autorizado da exigência de justiça. A partir desse ângulo, o internacionalismo representaria o conjunto da humanidade em oposição ao nacionalismo, paladino de interesses particulares. Em relação à luta de classes, a burguesia, minoritária e privilegiada, deveria ser extinta, em benefício da classe trabalhadora, majoritária. A oposição está presente até mesmo nas denominações "bolchevique" e "menchevique".

No código particular da esquerda (ou de certa esquerda?), os conceitos "universal", "maioria", "internacional" e "igualdade" foram associados à virtude, enquanto seus opostos, "particular", "minoria", "nacional" e "diferença" passaram a ser condenados como egoísmo, individualismo, busca de privilégio e injustiça.

Infelizmente, tanto a lógica como a história prodigalizam evidências que questionam esses raciocínios aparentemente inabaláveis.

O judaísmo sempre foi minoritário e nesse sentido manteve uma identidade própria que o situou em posição marginal perante as exigências uniformizantes das três grandes correntes universalistas da história ocidental: o cristianismo, a democracia liberal burguesa [11] e o comunismo. (Que também poderiam ser referidas pelos termos: feudalismo, capitalismo e estatização).

Tanto o cristianismo como o liberalismo econômico e o comunismo preconizaram a igualdade de direitos (quer perante a divindade, o mercado ou o partido do proletariado). Menos notado é que essa igualdade é oferecida exclusivamente aos fiéis de *determinada* religião, aos adeptos dos valores professados em *determinada* forma de Estado-nação e aos militantes de *determinada* concepção política.

Ou seja, e conforme a célebre *boutade* orwelliana em 'A Revolução dos Bichos', há os iguais e os "mais iguais". Dos judeus pode-se dizer que sempre foram os "menos iguais". Desnecessário exhibir provas. Basta citar a Inquisição, os pogroms, Dreyfus, a atitude das democracias ocidentais perante o nazismo [12], o "complô dos médicos judeus" e os judeus do silêncio (que deram origem

à expressão "prisioneiros de Sion" na ex-URSS). Esse inventário hiper-condensado serve para ilustrar à condição nada confortável (o eufemismo ofende menos) dessa minoria, tanto perante a teologia cristã como face aos três poderes da democracia representativa e os comitês centrais do partido comunista.

Se for acrescido a esse quadro a condição de "*dhimmi*" (palavra árabe significando "acordo" e que designava a imposição da cidadania de segunda classe aos não muçulmanos, categoria quase exclusivamente constituída por judeus nas nações árabes), pode-se entender sem grande dificuldade a popularidade da "ideologia sionista".

O credo universalista, ao contrário do que dizem seus entusiastas, está longe de expressar na prática as virtudes da caridade, da tolerância, da igualdade de oportunidades, da solidariedade e da justiça social, expressas nos respectivos princípios e programas.

Reciprocamente, nem todo nacionalismo é excludente, beligerante e xenófobo.

A teoria do anti-sionismo, fundamentada na oposição universal/particular, maioria/minoria, internacionalismo/nacionalismo, se já é totalmente questionável enquanto modelo construído *ad hoc* para condenar Israel a partir de um critério pretensamente ético, falha completamente quando se passa do terreno teórico-ideológico à história das relações entre judeus e árabes no Oriente Médio.

Quer se refira à época anterior à partilha, promulgada pela ONU em 1948, quer à etapa subsequente, a suposição de que a presença judaica teria por implicação a expulsão ou a subordinação da população árabe é frontalmente contrária à realidade.

Finkelstein escreveu uma crítica contundente ao livro "*Desde tempos imemoriais...*", de Joan Peters. Uma das principais teses de Peters é que a maioria da população árabe radicada em Israel por ocasião da partilha não era autóctone mas procedia das regiões vizinhas ao "Lar Judeu" [13].

Embora os números de Peters sejam improváveis e provavelmente exagerados (os ingleses não mantinham, *et pour cause*, estatísticas referentes ao ingresso de emigrantes pelas fronteiras terrestres, ao contrário do controle estrito exercido sobre o desembarque no porto de Haifa), não há como negar que a infra-estrutura econômica criada pelo trabalho e pelo investimento dos pioneiros sionistas pôs em marcha um movimento populacional em direção às regiões desenvolvidas pelos emigrantes judeus.

Portanto, se a famosa frase "uma terra sem povo para um povo sem terra" não é 100% correta, faz-se preciso reconhecer que está bem mais próxima da realidade do que a suposição de que os judeus tomaram a terra dos árabes.

Todos os testemunhos demonstram que os territórios correspondentes a Israel e à Jordânia atuais eram parcamente habitados devido às condições (ou à falta de) oferecidas pelo Império Otomano. No final do século XIX, segundo o último censo disponível, havia 250 mil habitantes na região (inclusive a atual Cisjordânia). Já em 1948, após meio século de presença judaica, a população árabe, somente na região atribuída aos judeus pela partilha, era estimada em 600 mil pessoas, o que é totalmente incompatível com a idéia da substituição da população árabe pelos emigrantes. Hoje a população de Israel chega a sete milhões, dos quais 20% são constituídos pela etnia árabe, e isso apesar do êxodo de 1948 [14].

Na época anterior à partilha, a maior densidade demográfica da população árabe coincidia com a maior densidade demográfica da população judaica, ou seja, havia mais árabes onde havia mais judeus. Bastaria esse dado para inviabilizar totalmente a tese do antagonismo entre as presenças judaica e árabe.

Não somente em virtude das facilidades concedidas à emigração árabe e das correspondentes dificuldades impostas à emigração judaica por parte da administração britânica, mas também devido à história trágica da diáspora judaica, quer no ocidente cristão ou no oriente islâmico, a preocupação com o estabelecimento de uma maioria judaica em Israel é mais do que compreensível.

Essa diretriz, porém, não se expressou por atitudes anti-democráticas nem discriminatórias. Ela não teve nem tem por consequência a expulsão de não judeus mas, bem diferentemente, se limita a promover o incentivo à emigração de judeus, o que é aliás o direito de qualquer Estado-nação - Alemanha, Itália e Espanha também favorecem o retorno de descendentes que emigraram durante os anos de penúria, embora a história desses povos não registre perseguições ou discriminação.

Mais do que surpreendente, é de causar perplexidade a convicção com que Finkelstein dirige a Israel críticas tão desprovidas de qualquer fundamento. Elas são negadas desde a simples constatação de que a composição da população israelense revela características multiculturais que dificilmente têm paralelo em qualquer estado-nação contemporâneo. Em Israel convivem judeus, árabes muçulmanos e cristãos, drusos, baha'is, circassianos, beduínos, há liberdade de culto e de associação, exercício pleno de cidadania independentemente da origem étnica.

As críticas dirigidas a um Estado judeu tão flagrantemente ecumênico poderiam ser aplicadas sem qualquer restrição aos vizinhos de Israel... e também, sem dúvida, à organização política daqueles que Finkelstein considera como as vítimas eletivas da opressão israelense. A Autoridade Palestina bem como os países árabes em geral praticam uma política *judenrein* claríssima e a sua xenofobia é mais do que conhecida.

As dificuldades de convivência entre judeus e árabes nos primeiros anos do século XX, quando ocorreram as primeiras ondas migratórias, devem-se à diversidade das respectivas culturas. As causas dessas dificuldades são tão compreensíveis como superáveis. Se as mesmas se transformaram em hostilidade aberta, isso se deve, segundo todas as evidências, à incitação do clero muçulmano, responsável pelos ataques e massacres cometidos pela população árabe. Por outro lado, além das dificuldades de comunicação entre as duas comunidades houve (e há) igualmente cooperação e entendimento. A convivência entre árabes e judeus, tanto durante as primeiras décadas do século XX como atualmente, escapa à camisa de força do esquema ideológico elaborado tortuosamente pelos anti-sionistas.

A verdadeira oposição deu-se entre as elites árabes e os recém chegados. O respectivo motivo também é facilmente compreensível. Os judeus europeus trouxeram à região práticas econômicas e políticas que não poderiam senão ser vistas como ameaçadoras pelas camadas dominantes de uma sociedade em estado semi-feudal.

Esse é o fator determinante da beligerância árabe/muçulmana em relação aos judeus. Vale tanto para as etapas iniciais do sionismo como em relação à atualidade. Se for aplicado o enfoque proposto por Max Weber para compreender as relações entre estrutura sócio-econômica e religião, dificilmente se chegará a outra conclusão senão a de que o islamismo representa a ideologia beligerante característica de sociedades em que a guerra constitui a atividade econômica preponderante, largamente prioritária em relação ao que o ocidente define como produtividade.

Nesse sentido, as sociedades árabes/islâmicas evocam o feudalismo europeu. A indústria extrativista do petróleo deu a esses regimes o substrato necessário à respectiva sobrevivência. O processo é semelhante ao que fez com que a península ibérica se mantivesse refratária à revolução industrial, no início da era moderna, graças à exploração dos recursos naturais oriundos das colônias. A ironia é que as ditaduras do Oriente Médio respiram graças às sociedades industriais que representam a antítese de seus valores.

De resto, toda a argumentação desenvolvida por Finkelstein, eventualmente apoiada por Gorny e Kohn, é de uma fragilidade extrema. A identidade judaica, bem como suas expressões religiosas e não religiosas e o respectivo efeito nos judeus [15], precede de séculos ou milênios o nacionalismo europeu. O sionismo político está infinitamente mais ligado ao sionismo religioso, que o precedeu e o acompanha (apesar do incessante confronto entre ambos), do que ao pan-germanismo. O "internacionalismo" ou "transnacionalismo", devida e/ou indevidamente atribuído aos judeus, é muitíssimo anterior e tem bases muito mais extensas - religiosas e culturais - do que as do modelo dicotômico suposto por Gorny.

Evocando a anedota do passarinho, do gato e da vaca, pode-se dizer que nem todo nacionalismo é beligerante (ou nem toda beligerância é nacionalista) e



nem todo universalismo é humanista (ou nem todo humanismo é universalista). Quando se quer defender uma tese tão contrária à lógica e às evidências, é recomendável esconder com mais cuidado a própria indigência intelectual.

---

\* Professor da PUC/SP, ensaísta, autor de "*O anti-sionismo - de esquerda, direita, liberal e islâmico*", *A Máquina do Fantasma*, *O Neurônio Tagarela*, entre outros livros. <http://www.franklingoldgrub.com/>

[1] Editora Record, Rio de Janeiro, 2005.

[2] Oxford University Press, 1987.

[3] Um *Sturm und Drang* político? Assim parece, pelo menos.

[4] Seria difícil encontrar autoridades em nacionalismo não moderno, até porque o Estado-nação é concomitante à modernidade... as formas anteriores e precursoras do nacionalismo poderiam ser chamadas de patriotismo (a noção de pátria é bem anterior à de nação). Processos históricos como os da unificação italiana e alemã são bem ilustrativos a esse respeito. Essa confusão de Finkelstein talvez possa ser desculpada, visto não ter maiores implicações. Mais difícil é compartilhar da sua admiração por Gorny e Kohn e legitimar os critérios utilizados para recomendar esses autores...

[5] Entre feudalismo e capitalismo, por exemplo, ou entre capitalismo manufatureiro e capitalismo industrial.

[6] O atenuador do Holocausto se diferencia do negacionista porque, ao invés de por em dúvida os campos de concentração e demais práticas de extermínio, admite o fato ao mesmo tempo que procura diminuir ou banalizar suas conseqüências. E, principalmente, considera que a principal implicação do Holocausto é o seu uso como pretexto para cometer a injustiça infinitamente mais grave do sionismo.

[7] O caso Dreyfus foi a "estrada de Damasco" do jornalista e advogado húngaro Theodor Hertzl, a demonstração definitiva de que eram vãs as esperanças depositadas pelos judeus no Código Napoleônico.

[8] Aliás, freqüentemente a única.

[9] Abstraídos os dois períodos de terror, o do Comitê de Salvação Pública (Robespierre, Danton, Saint Just) e o da reação termidoriana, um tanto ou quanto inconciliáveis com o lema da bandeira tricolor.

[10] Quer se deva realmente a Maquiavel ou constitua apenas uma interpretação do teor de sua obra *O Príncipe*.

[11] Democracia liberal burguesa associada ao conceito de Estado-nação. O Estado-nação europeu incorporou em seus momentos iniciais elementos ligados à etnia e à religião. As transformações pelas quais essa figura política passou, da modernidade à contemporaneidade, com a acentuação da separação entre estado e religião bem como entre cidadania e etnia, parece não ter sido percebida por Finkelstein e demais críticos do sionismo. Apesar dessas transformações, a condição dos judeus no estado-nação nunca deixou de ser problemática, justamente pela sua condição "transnacional", que sempre permitiu a discussão sobre a "dupla lealdade". A mesma questão se colocou na União Soviética e originou a famosa expressão depreciativa "cosmopolita", eufemismo (eufemismo?) para "judeu".

[12] Exemplificada inexcitavelmente pela recusa em aceitar a oferta de Hitler em 1938, que se propôs a "exportar" os judeus alemães para os países que aceitassem recebê-los.

[13] Essa expressão refere o compromisso assumido pela Grã-Bretanha de criar a infra-estrutura administrativa de um território no qual os judeus pudessem se fixar. A Liga das Nações oficializou essa situação concedendo aos ingleses um mandato sobre a região. Inicialmente, as terras previstas para o Lar Judeu, que não tinha por implicação a formação de um estado mas garantia o direito de assentamento, incluíam o território da atual Israel, Cisjordânia e Jordânia. Entretanto, a Cisjordânia e a Jordânia, aproximadamente 80% do espaço original atribuído ao Lar Judeu, foram proibidas ao assentamento judaico quando Sua Majestade criou o reino da Jordânia.

[14] Que os críticos do sionismo atribuem à expulsão de árabes por judeus, abstraindo a guerra declarada pelas monarquias árabes bem como o seu efeito sobre civis árabes e judeus.

[15] Abrangendo o judeu que não se considera judeu e o não judeu que se considera judeu bem como a discussão (bizantina?) acerca de se o principal critério para definir o judeu não deveria ser justamente esse, o de considerar-se tal. Trata-se de uma controvérsia interminável que inclusive deu origem a um rico anedotário, parcialmente (auto-) depreciativo e (auto-) irônico...